



## SOU INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E NÃO ABRO MÃO DO MEU *BLACK POWER*: E AÍ... VÃO CONTINUAR DIZENDO QUE MEU *AFROHAIR* ATRAPALHA NA COMUNICAÇÃO?

Roberto César Reis da Costa (UFBA)<sup>1</sup>  
[rcrcosta@ufba.br](mailto:rcrcosta@ufba.br)

Sheila Batista Maia Santos Reis da Costa (UNEB)<sup>2</sup>  
[smaia@uneb.br](mailto:smaia@uneb.br)

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma reflexão sociocultural e política acerca de racismos (velados) com vistas ao empoderamento dos Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais Negros e Negras. Estes Profissionais têm a responsabilidade de garantir inclusão linguística - acessibilidade comunicativa - entre surdos e ouvintes e vice-versa. Propomos então uma análise a partir do artigo 5º do Código de Ética, reinterpretando-o de acordo com artefatos da Cultura Negra. Problematicamos se os aspectos fenotípicos das Pessoas Negras, e elementos identitários e culturais nos seus trajes interferem de fato no momento da atuação enquanto tradutores/intérpretes de Libras; e se as características físicas dos corpos negros devem ser mutiladas e modificadas para se enquadrarem num padrão preestabelecido de “normalidade”. Em nossas análises, consideramos principalmente os cabelos, as vestimentas, a intensidade da luz e o design editorial para tons de peles negras. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, no qual buscou-se dialogar com autores que versam sobre Tradução da Libras e Design Editorial (RIGO, 2018; KRUSSER, 2017), Cultura Negra (FERREIRA, 2018; SOUZA 2012); Teoria das Cores (BACH JUNIOR, 2016), dentre outros teóricos. Temos considerado que a ideia de democracia racial no Brasil ainda é um mito, e que as discussões sobre a visibilidade dos intérpretes negros são relevantes tanto para o campo de Estudos da Cultura Negra quanto para a área dos Estudos da Tradução/Interpretação de Línguas de Sinais e Inclusão e Acessibilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais. Corpos Negros. Língua Brasileira de Sinais. Acessibilidade e Inclusão.

**ABSTRACT:** This paper sets forth a sociocultural and political reflection on (veiled) racism for the empowerment the interpreters and translator of sign languages who are black. These professionals have the responsibility to guarantee a linguistic inclusion, that is the communicative access, among deaf and hearing individuals. Our aim is thus to put forward an analysis of Article 5 of the Code of Ethics in order to reinterpret it in accordance with the artifacts of Black Culture. We debate on (i) whether the phenotypic aspects of Black persons, as well as the cultural and identity features of their garments/costumes, interfere with the act of interpreting, and (ii) whether the physical characteristics of Black bodies must be maimed and modified just to be put into a customized pattern of “normality”. In our analyses, we consider mainly the hairstyle, the garbs, as well as the light intensity and the editorial design used/chosen for the black skins. This is a bibliographic review study that aimed at achieving a greater approximation among the

<sup>1</sup> Professor de Língua de Sinais Brasileira do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tradutor e Intérprete de Libras, Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1729585565660340>

<sup>2</sup> Professora de Língua de Sinais Brasileira da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tradutora e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7213087258602843>



topics which follow: Libras Translation and Editorial Design (RIGO, 2018; KRUSSER, 2017), Black Culture (FERREIRA, 2018; SOUZA 2012) and Color Theory (BACH JUNIOR, 2016). We have considered racial democracy in Brazil is still a myth, and discussions concerning the visibility of the Black interpreters/translators are of utmost importance not only for the field of Black Culture Studies, but also for the fields of Sign Language Translation Studies, Inclusion and Accessibility.

**KEYWORDS:** Sign languages translator and interpreter. Black bodies. Brazilian Sign Language. Inclusion and accessibility.

## 1 PREÂMBULO

É bem provável que as questões concernentes às culturas e identidades de tradutores e intérpretes negros tenham sido muito pouco exploradas no universo das pesquisas acadêmicas. De acordo com Silva-Reis (2018, p. 2): “No que concerne, em particular, à história da interpretação, um grupo de intérpretes recebeu ainda poucos estudos: os negros.” Quando este assunto converge para os tradutores e intérpretes de línguas de sinais, parece-nos que a literatura é ainda mais escassa ou, quiçá, inexistente, sobretudo no cenário nacional.

São escassos os estudos com enfoque nos tradutores e intérpretes (negros) de línguas de sinais. Na realidade, o único estudo que encontramos foi o da Oyedele (2015). O seu estudo refere-se a uma Dissertação de Mestrado intitulada “Resistência dos intérpretes de línguas de sinais negros/afro-americanos nos Estados Unidos – a importância da cultura e do capital”.<sup>3</sup> Das várias questões importantes discutidas em sua pesquisa, vale pontuar que os intérpretes negros e afro-americanos revelaram que eles, regularmente, experenciam formas sutis de racismo tanto dos clientes quanto dos colegas.

O nosso objetivo principal é refletir de que forma os aspectos da Cultura Negra (i.e., cabelos trançados, cabelos *Black Power* e uso de turbantes) devem ser vistos por intérpretes negros e não-negros. Especificamente, buscaremos: analisar o artigo 5º do código de ética (cf. QUADROS, 2004) quando trata da “conduta adequada de se vestir”; refletir acerca da “normativa” referente à cor da camisa – utilizada como pano de fundo

---

<sup>3</sup> Título original: “Persistence of African-American/black signed language interpreters in the United States: the importance of culture and capital” (OYEDELE, 2015).



para a sinalização – que é determinada pelas equipes de interpretação; e discutir sobre a intensidade da luz nos instantes das trocas (revezamento) de intérpretes.

Para que os objetivos acima sejam alcançados, tomaremos como questões norteadoras: (1) Será que os aspectos fenotípicos das Pessoas Negras, que trazem a sua ancestralidade cultural e são a materialidade de seus corpos negros, interferem de fato no momento da atuação enquanto tradutores/intérpretes de Libras? Ou será que essa suposta interferência está atrelada a um movimento de clareamento e/ou de eugenia dos corpos negros?; e (2) Quais motivos (ou discursos) estão subjacentes a ideia de que os intérpretes Negros e Negras devem mutilar os seus corpos negros e modificar as suas características físicas para se enquadrarem num padrão de “normalidade” que visa apagar as realidades de suas identitárias culturais?

## 2 “NÃO HÁ RACISMO NO BRASIL, É TUDO MIMIMI...” – SERÁ?

O racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre os seres humanos. No entanto, há pessoas que não o enxergam ou preferem não vê-lo. (MUNANGA, 2017, p. 33)

Desde a gênese, daquilo que foi dito ser “o descobrimento do Brasil”, entendemos que “a fundação nacional é um discurso que apela pela força de imagens inaugurais: uma bandeira um marco geográfico, uma cena histórica”, no entanto “o mais importante nessas imagens não é sua apresentação colorida em si, finamente emoldurada para a posteridade, mas sua obscura perseverança, como tentativa de um exercício contínuo de violência, dominação e poder” (SOUZA, 2012, p. 11). Assim, entendemos ser necessário, uma retomada histórica para compreendermos as consequências que ficaram para as Pessoas Negras, nessa busca da *one-dimensional*:



A mão que segura a haste e finca na terra uma flâmula, os olhos que descortinam a paisagem nova ou a frase de efeito do herói são imagens corpóreas de superação, do êxito da jornada e do sacrifício coletivo de um povo homogêneo [...] O discurso fundacional com a força das imagens que lhe compõe justifica também o racismo, o nacionalismo, a xenofobia, e as políticas anti-imigrantes da atualidade. Nele há o medo da contaminação da ilegitimidade do outro, do corpo estranho que invade o território [...]. (SOUZA, 2012, p. 11-12)

Decerto, além do genocídio dos povos indígenas de outrora, os povos negros foram violentamente trazidos como escravos para este espaço denominado “Terra do Brasil”. Com efeito, as políticas públicas de reparação e promoção da igualdade racial para com os Povos Indígenas e Afrodescendentes, até o presente século (sec. XXI), ainda não foram plenamente galgadas. Tais fatos nos dão motivos e respaldos para investigar e discutir questões concernentes à constituição de discursos e práticas excludentes, discriminatórias, xenofóbicas e racistas. Com base nestas questões, torna-se relevante desvelar, analisar e reflexionar sobre os espaços que os tradutores e intérpretes Negros e Negras têm ocupado.

Tradicionalmente, constituiu-se uma “consciência”, ou melhor mito, de “democracia racial” no Brasil. Este conceito embute a falsa ideia de que, após a promulgação da Lei Áurea - Lei Imperial n.º 3.353 (BRASIL, 1888), foi possível extirpar o racismo e as discriminações raciais da sociedade brasileira. Neste sentido, de acordo com Alberti e Pereira (2005),

O grande desafio do movimento negro brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, foi enfrentar o “mito da democracia racial”, que ganhou força principalmente após a publicação do clássico *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933. Segundo esse mito, as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas e a miscigenação seria a contribuição brasileira à civilização do planeta. Seguindo essa linha de pensamento, como não haveria preconceito de raça no Brasil, o atraso social do negro dever-se-ia exclusivamente à escravidão (e não ao racismo). (ALBERTI; PEREIRA, 2005, p. 1)

O mito da democracia racial está inextricavelmente relacionado ao racismo velado. A respeito desta assertiva, é pertinente meditar que:



O racismo velado no Brasil dá origem a distorções como, por exemplo, o resultado de uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular (IDP), segundo a qual 92% dos brasileiros acreditam que há racismo no país, mas somente 1,3% se consideram racistas (POMPEU, 2014). Em outras palavras, 92% provavelmente não acreditam que exista de fato uma democracia racial, mas tampouco são capazes de enxergar o racismo em si mesmos. A ideia de que o Brasil é uma democracia racial decorre de um discurso estrategicamente construído para fins hegemônicos, fazendo com que o Brasil permaneça em um estado que Hernández (2017) chama de inocência racial, ou seja, por se considerar 'racialmente inocente' [...] o Brasil se considera isento de abordar a questão racial de forma explícita. (CARVALHO, 2017, p 449)

Os racismos, os nacionalismos ufanistas, os genocídios e as xenofobias não evaporaram do Brasil a partir da Lei Áurea. Estas crenças, bem como as doutrinas que respaldam estas atitudes, perseveraram e sobrevivem nos discursos dos brasileiros que, não obstante à exposição de suas ações em amplitude midiática, não se intimidam e nem se envergonham de insultarem pessoas negras que se encontram em posição de destaque e/ou em espaços de prestígio social. Assim sendo, temos visto de maneira pontual e recorrente vitupérios com doses de ironias, sarcasmos e escárnios aos jogadores de futebol negros, aos artistas negros (atores, atrizes, cantores etc.), aos modelos negros, aos jornalistas negros, dentre outros profissionais. Nestes casos, há de se destacar ainda que a condição financeira destes vitimados pouco importa para aqueles que os julgam.

A história tem nos revelado que o advento dos Negros no Brasil se deu num contexto em que estes sujeitos foram arrancados das suas naturalidades para serem barganhados como mercadorias, numa condição sub-humana, e trazidos em Navios da Morte, popularmente conhecidos como Navios Negreiros. Seria um equívoco, ou mesmo ingenuidade, pensarmos que estes negros eram nativos de uma mesma naturalidade. Eles pertenciam, pois, a diversos povos/etnias. A respeito disto, é pertinente destacar que:

Diversos grupos étnicos ou "nações", com culturas também distintas, foram trazidos para o Brasil. A Guiné e o Sudão, ao norte da linha do Equador, o Congo e Angola, no centro e sudoeste da África, e a região



de Moçambique, na costa oriental, foram as principais áreas fornecedoras. Das duas primeiras vieram, entre outros, os afantis, axantis, jejes, peuls, hauçás (muçulmanos, chamados malês na Bahia) e os nagôs ou iorubás. Estes últimos tinham uma grande influência política, cultural e religiosa em ampla área sudanesa. Eram de cultura banto os negros provenientes do Congo e de Angola — os cabindas, caçanjes, muxicongos, monjolos, rebolos—, assim como os de Moçambique. (BRASIL, 1988, p. 9)

Naquela época, os nossos ascendentes, sendo subjugados à condição de escravos, foram estigmatizados, vilipendiados e oprimidos, servindo como estrado para pessoas de etnias supostamente tidas como superiores. “No regime político, social e jurídico da escravatura, a violência contra o negro não só era permitida, mas recomendada.” (VANNUCHI, 2017, p. 64). Parece-nos que, após 131 anos de abolição da escravatura, a condição social e política as quais os nossos ancestrais foram subordinados, a falta de emancipação humana condicionada às Pessoas Negras e o contexto social colonizador e usurpador permanecem como pontos emblemáticos na atualidade. Ao tratar destas mesmas questões, Ferreira (2018) expõe que:

Hoje, mesmo passados 130 anos da abolição da escravatura no Brasil, a população negra continua a ter os piores índices de acesso às políticas sociais, ao mercado de trabalho e constantemente atacada por discursos racistas, o que demonstram o poder analítico da categoria raça do ponto de vista social. (FERREIRA, 2018, p. 49)

Posto isto, questionamo-nos: de que forma a restrição de políticas públicas voltadas às pessoas negras está atrelado aos discursos (ainda que sutis) racistas? Bem, a resposta para esta questão poderá ser respondida num outro trabalho. Neste momento, importa entendermos que as objeções relativas ao processo histórico de discriminação/exclusão do negro, o mito da democracia racial, os ataques às (sobre)vivências dos corpos negros, bem como os cerceios à permanência de negros nos espaços que antes lhe eram vedados, são motes presentes nos discursos daqueles que, de maneira cabal, têm objetivado minar as resistências das Culturas Negras.



Não obstante, os sujeitos negros (e os não-negros aliados às discussões em torno das culturas e identidades negras) têm tido a oportunidade de criar e participar de espaços de empoderamento cultural. Nestes espaços, temos visto que:

Com relação às experiências de âmbito pessoal destacam-se, de um lado, a consciência da negritude (reconhecer-se e valorizar-se como negro) e, de outro, a consciência da discriminação em uma sociedade na qual a inferiorização do negro se dá de forma muitas vezes velada e sutil. É interessante verificar que, nos anos 70, muitas vezes a consciência da negritude em âmbito pessoal se mescla com uma tomada de posição política, levando a atitudes que, nos dias de hoje, possivelmente já não têm o mesmo peso. (ALBERTI; PEREIRA, 2005, p. 3)

Logo, devemos considerar que a consciência de/sobre ser Negro e Negra precisa ser fomentada. Há negros e negras que ainda não se reconhecem como tal. Da mesma forma que a autora deste capítulo não se via como negra antes de passar pelo (doloroso) processo de autorreconhecimento e aceitação, é bem provável que muitos corpos negros ainda não se reconheçam como seres negros. No processo de transição identitária, foi necessário abdicar de padrões preestabelecidos, que visavam aniquilar as marcas fenotípicas e imprimir um modelo de “ideal estético”.

Quantas pessoas já queimaram o couro cabeludo com químicas alisantes a fim de modificar a forma da fibra capilar? Quantas?! Além de se “mutilar” com makes afinadoras, alongadoras e clareadoras, com o intuito de deixar a pele como pêssego e perfeita. A indignação, que emerge a partir da iminência de sofrer preconceitos, leva muitos a negarem a condição de pertencimento ou filiação a uma cultura negra. É necessário, entretanto, permitir a insurgência do ser Negro e Negra e, por conseguinte, ocupar espaços de poder – quer no discurso quer na instância em que nossos corpos e imagens são expostos em espaços onde eles ganham visibilidade. O tornar-se negro é precedido de conflitos interiores e reconstituições da subjetividade, culminando em remodelação do *self* e elevação da autoestima. Tal (re)construção poderia ser interpretada como transgressões, mas preferimos interpretá-las como ressignificações que evidenciam os nossos corpos negros e, inevitavelmente, vão de encontro às



normativas instituídas por padrões estéticos artificiais e supérfluos que aniquilam as individualidades/subjetividades negras.

De acordo com Munanga e Gomes (2016), os conflitos que permeiam as relações entre grupos e povos demonstram que a questão do racismo existe e se manifesta de maneira extremamente complexa. Por essa razão, afirmam estes autores, devemos manter um olhar cauteloso e atento ao nos aproximarmos da questão racial. Ademais, devemos, outrossim, entender que:

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato do olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão dos negros e a discriminação racial. (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 179, grifos nossos)

Ao sustentar que o racismo é sustentado pelas elites, Van Dijk declara que:

Em suma: várias razões fundamentam a tese de que as elites sempre foram e ainda são parte do problema do racismo e muito menos parte da solução antirracista e multicultural. No entanto, como o racismo das elites é, usualmente, bem sutil, indireto e, portanto, distinto do racismo manifesto e ostensivo da extrema direita, ainda é preciso investigar quais formas tal racismo assume hoje. Estamos tão acostumados a esse tipo de racismo que não o notamos mais, assim como ocorre com muitas formas de machismo, tão frequentemente negada pelos homens. (VAN DIJK, 2015, p. 32)

Pelo exposto, cabe aos Intérpretes de Libras perceberem as nuances do racismo e, além disso, compreenderem que elas podem se manifestar nos âmbitos individual, institucional ou estrutural. (cf. ALMEIDA, 2018). Sem a consciência ou percepção das formas institucionalizadas de racismo, estes intérpretes podem ser coagidos a executar ações que transgridam os seus valores éticos e/ou morais. Já que a função de tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa faz com que este profissional esteja num lugar





em que a sua imagem e a sua voz tornam-se visíveis, faz-necessário que ele/ela possa perceber com perspicácia as sutilezas do racismo institucionalizado ou naturalizado. Quanto aos tradutores e intérpretes que não são negros, não basta que estes sejam apenas não racistas, mas que passem a adotar posturas antirracistas. Quiçá poderíamos exterminar completamente o racismo do seio da nossa sociedade.

### 3 MAS EU NÃO SOU NEGRO(A)...

A princípio, gostaríamos de definir a nossa visão sobre os negros brasileiros. Neste sentido, concordamos com Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes quando afirmam que:

Os negros brasileiros de hoje são descendentes de africanos que foram trazidos para o Brasil pelo tráfico negreiro. Muitos deles são mestiços resultantes da miscigenação entre negros e brancos, negros e índios. No censo brasileiro, os mestiços são classificados como pardos, mas alguns deles, por decisão política ou ideológica, se consideram negros ou afro-descendentes. (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 18)

Lamentavelmente, os sujeitos negros são os que mais têm sofrido por causa das desigualdades raciais e sociais. Em relação a este fato, vale lembrar que:

Como sabemos, as disparidades raciais entre negros e não-negros no Brasil estão refletidas nas taxas de: expectativa de vida, mortalidade infantil, mortalidade materna, homicídios, violência urbana, acesso à habitação, consumo de bens duráveis, inclusão digital etc. Não há aspecto de nossa sociedade em que as diferenças socioeconômicas entre negros e não-negros não sejam sentidas e em que as condições da população afrodescendente não seja inferior. Segundo o IBGE, os brancos ganham, em média, duas vezes mais do que os não-brancos (IBGE, 2010 apud CARVALHO, 2017, p. 440)



Ao tratarmos da visibilidade dos Tradutores e Intérpretes Negros e Negras, as questões relacionadas ao fenótipo e aos aspectos culturais permearão as nossas reflexões: Será que sou Negro/Negra, afrodescendente ou não-afrodescendente? Como a utilização de artefatos da cultura negra podem servir como elementos de (re)afirmação da identidade cultural negra?

Neste século, as makes afiladoras, as cores e tons, e outros acessórios utilizados para transformação estética objetivam otimizar a camuflagem de traços africanos nos corpos. Na tentativa de abnegar a negritude, muitos negros e negras buscam apresentar-se como Isaura: culturalmente branca – “És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano” (GUIMARÃES, 1979 apud FIORIN, 2015, p. 17). A respeito da Isaura, convém ainda pontuar que:

A própria Isaura pensa em si mesma como alguém que não deveria merecer a pena da escravidão [...] Isaura é física e culturalmente branca [...] Já se disse que Bernardo Guimarães fez Isaura uma branca como estratégia persuasiva, para mostrar o drama de um ser submetido à escravidão, que pode abater-se até em alguém *aparentemente* branco. (FIORIN, 2016, p. 17, grifos nossos).

Transportando-nos para *Dear White People*,<sup>4</sup> podemos inferir que a negação ou minimização dos traços afrodescendentes pode até “facilitar” a vida de muitos, já que visa adequação a um suposto “padrão de normalidade” como forma de apagamento da identidade Cultural Negra. No entanto, isso não os tornam isentos de olhares mais severos dos racistas. Será que podemos ser “*Dear half-white people*”? A tentativa de clareamento visa prejudicar, além da sua autoimagem ou autopercepção, a luta daqueles que não querem ou nunca conseguirão camuflar os aspectos da sua ancestralidade.

Ainda no que concerne à série supramencionada, é oportuno apontar que os conflitos psicológicos de Coco Connors<sup>5</sup> fazem-na buscar a autopreservação diante da condição de vítima do racismo por tantos anos (“Nasci acordada, Sam, as merdas fui

<sup>4</sup> “*Dear White People*” é uma série da televisão norte-americana baseada no filme que foi lançado no ano de 2014 com o mesmo nome. Essa série foi encomendada pela Netflix, onde se encontram disponíveis os dez episódios de trinta minutos cada um.

<sup>5</sup> Coco é uma personagem da série *Dear White People*.



vendo ao crescer”)<sup>6</sup> e afastar-se dos seus iguais: “Veja bem, comigo não tem confusão. As pessoas dão uma olhada para minha pele e presumem que sou pobre, ou sem instrução ou “nigrinha”. Então, eu disfarço, me torno mais palatável, entro numa irmandade. O que é que há de errado nisso?”.<sup>7</sup> Esta situação pode ser semelhante a muitas pessoas que têm se definido como não-negro.

Seria interessante que, enquanto coletividade, conseguíssemos nos posicionar a favor da visibilidade dos Intérpretes de línguas de sinais brasileiras<sup>8</sup> que possuem características fenotípicas e culturais diferentes da norma eurocêntrica e colonizadora. Defendemos que “apagar ou negar o *status quo* do ser Negro ou Negra” não irá fazer com a violência social e simbólica contra os negros seja diminuída, e, além disso, não irá contribuir para a fundação de sociedades fraternas e evoluídas. Pelo contrário, essa atitude pode simplesmente servir de sustentáculo e alimento para o racismo em suas diversas manifestações.

“O racismo continua sendo uma das piores formas de se tratar a população negra. É uma ideologia que pressupõe a hierarquização dos seres humanos.” (FERREIRA, 2018, p. 48). Segundo Cuti (2017, p. 1999): “A prática do racismo usa como principal arma a humilhação dos negros.” É importante frisar que negar a realidade do racismo no cenário brasileiro não fará com que ele deixe de existir. Então, a luta contra o racismo e o estímulo ao pensamento antirracista se fazem necessários na atualidade. Nisto, há de se considerar que:

Um dos resultados positivos dessa luta histórica é que, hoje, mesmo com resistências de alguns setores da sociedade, não é mais possível negar que o racismo é uma questão presente na realidade concreta e que são necessárias políticas públicas chamadas de ação afirmativa –

<sup>6</sup> Tradução nossa do original em inglês: “*I was born woke, Sam, the shit I saw growing up...*” (Da série “*Dear White People*”, volume 1, episódio 4).

<sup>7</sup> Tradução nossa do original em inglês: “*Well, you see, with me, there is no confusion. People take on look at my skin, and they assume that I’, poor or uneducated or ratchet. So, yeah, I tone it down, make myself more palatable join a sorority. What’s so wrong with that?*” (Da série “*Dear White People*”, volume 1, episódio 4).

<sup>8</sup> A Libras, também conhecida como LSB, não é a única língua de sinais do Brasil. Já foram realizadas pesquisas com a Língua de Sinais Kaapor Brasileira (LSKB), a Língua Terena de Sinais, a Língua de Sinais Pataxó e diversas línguas de sinais caseiras. Possivelmente, existem outras línguas de sinais que ainda não registradas na literatura.



políticas específicas de promoção de igualdade de oportunidades e de condições concretas de participação na sociedade – para a superação do racismo, da discriminação e das desigualdades raciais (NASCIMENTO, 2006, p. 28 apud TROVO; SALINAS, 2014, p. 4).

Independentemente de a pessoa considerar-se negra ou não-negra, no caso de ela possuir ascendência africana e trazer em si marcas de seus ascendentes, ela continuará sendo uma afrodescendente. E, na condição de afrodescendente (socialmente, politicamente, economicamente), qual seria a diferença entre ela e os assumidamente negros? Pois as facetas do racismo não sobrevivem de forma abrandada e tendem a abarcar os sujeitos negros e afrodescendentes indistintamente, ainda que estes sejam como a Isaura acima relatada.

Portanto, é imprescindível que todos – negros, afrodescendentes e não-negros – se empenhem no sentido da reflexão das formas diversificadas de racismo, sobretudo aquelas que já se encontram institucionalizadas ou naturalizadas. Nisto, todos poderão estar imbricados na luta contra as ideologias racistas e no desejo da edificação de uma sociedade democrática, plural e não discriminatória. Em suma, que todos nós possamos ser antirracistas, pois, segundo Cuti (2017, p. 197): “A humanidade nasceu na África. Então, todos nós, seres humanos, somos afrodescendentes [...]”.

#### **4 POR UMA (RE)INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 5º DO CÓDIGO DE ÉTICA À LUZ DA DIALÉTICA DO NÃO-APAGAMENTO DOS ARTEFATOS CULTURAIS DOS POVOS NEGROS**

Nesta seção, buscaremos discutir o artigo 5.º do Código Ética dos tradutores/intérpretes de Libras, com vistas a uma reinterpretação deste artigo que inclua uma dialética para o não-apagamento dos artefatos culturais dos tradutores e intérpretes negros e negras. Estes profissionais, em virtude da ocupação profissional, atuam em lugares de ampla exposição de seus corpos e vozes. Especificamente, abordaremos os cabelos trançados, *Black Power* e turbantes, a “normativa” referente à cor da camisa –

utilizada como pano de fundo para a sinalização, bem como a intensidade da luz e o design editorial para tons de peles negras no instante *on the fly* das trocas (revezamento) de intérpretes nos palcos, auditórios e gravações.

Discorrer acerca da Cultura Negra e seus artefatos<sup>9</sup> nos conduzem, a priori, à busca da compreensão do termo cultura. Conceituar ou definir este termo não é tão simples, pois, conforme aponta Nakagawa (2012, p. 48): “Cultura é palavra movediça, dada a diferentes compreensões. A amplitude do conceito, atravessada por uma série de senãos, não raro provoca alguns imbróglis quanto a delimitações e usos do vocábulo.” Não teceremos considerações exaustivas acerca do conceito de cultura, todavia é pertinente expor que a nossa concepção tem fulcro nos estudos antropológicos de Geertz (2014a, 2014b) e Laraia ([1986]2014).

No tocante à ideia de culturas negras, é conveniente entender que:

A cultura, como um termo, poderia aderir a uma certa imobilidade e previsibilidade no *papel*, mas para além de seus limites nominais de resgate, é visível apenas em seus efeitos, e seu conteúdo mostrará adiante um repertório de complementos, de um fantástico\imaginário para o material\atual que se espalha em pluralidade e numa considerável variação. Deste ponto de vista, existam, talvez, apenas as *culturas [negras]*. (SPILLERS, 2017, p. 75-76, grifos do autor)

A partir da análise crítica de teóricos como Williams (1976), Du Bois (1999), dentre outros, que também tratam da ideia de Cultura Negra, esta autora critica o Afrocentrismo, propondo uma nova visão da “ideia de Cultura Negra” como um objeto de estudo crítico conceitual e instrumento prático de transformação e desenvolvimento social. Nessa perspectiva, ela conclui que:

Podemos hoje presenciar a formação social negra cada vez mais acentuada e pavoneada em direção à “civilização” e às tecnologias

---

<sup>9</sup> O termo Artefatos da Cultura Negra tem sido empregado em estudos e eventos acadêmicos, como o Seminário do Artefatos da cultura negra. Ver: Anais do Artefatos da cultura negra, educação afropensada: repensar o currículo e construir alternativas de combate ao racismo, de 31 de agosto à 04 de setembro de 2015, Crato [recurso digital] / organizadores: Cicera Nunes; Karla Roberta Brandão de Oliveira; Ana Paula Santos. – Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 2015. 811p. ISSN:2448-0495.

intelectuais, crescendo desacreditada e moribunda. [...] De certa forma, se não existe a cultura negra - ou não mais existe (porque ela foi “substituída”), então, nós precisamos dela agora. E se isso é verdade, talvez a cultura negra - como a recuperação da vantagem crítica, como uma dessas vantagens que podem ser espionadas, e que já não se baseia mais na “raça” - ainda está por vir. (SPILLERS, 2017, p. 92)

Podemos afirmar que a noção de Cultura Negra ainda esteja por vir no cenário brasileiro? Bem, a resposta a essa questão parece não ser tão simples de ser respondida. Se a cultura estiver, por um lado, referindo-se às discussões em torno das africanidades e das culturas afro-brasileiras, então poderíamos assegurar que a Cultura Negra está presente em diversos ambientes (familiares, acadêmicos, religiosos, dentre outros). Por outro lado, se este termo estiver se referindo à conscientização política das pessoas negras, aí o termo ganharia uma complexidade, pois teríamos de realizar estudos específicos para a compreensão deste fenômeno.

Quanto às questões de visibilidade de intérpretes Negros e Negras, parece-nos que, em detrimento da invisibilização se dar de maneira sutil, somente quem traz na pele o traço de negritude consegue compreender os atos de exclusão ou não representatividade. Carvalho (2017), ao abordar sobre a problemática da não visibilidade, declara que:

[...] por razões históricas e pela ausência de políticas de afirmação e reparação, a população de afrodescendentes no Brasil é impedida de alcançar a visibilidade, encontra dificuldades em construir e consolidar sua identidade, permanecendo oprimida, vulnerável, socioeconomicamente prejudicada e espacialmente segregada. Consequentemente, a população de afrodescendentes é sub-representada nas universidades e, em decorrência, nas profissões de maior escolaridade, em cargos altos, em posições políticas, na televisão e também em hotéis e shopping centers. Na interpretação de conferência, não é diferente. Trabalho como intérprete faz quase vinte anos. Nesse período todo, fui companheira de cabine de apenas uma colega que se autodeclara negra. Também sou professora de interpretação e, ao longo de toda minha carreira, não devo ter tido dez alunos negros. Atualmente, tenho uma turma com duas mulheres negras. Em quinze anos, é a primeira vez que isso acontece. Portanto, nem é preciso dizer que para realizar esta entrevista foi um desafio encontrar colegas que, além de se autodeclarem negros, estivessem



dispostos a conceder uma entrevista sobre o tema relacionado à profissão. Gostaria de expressar minha gratidão e afirmar a honra e o privilégio que senti ao entrevistar Amaury Williams de Castro. (CARVALHO, 2017, p 450)

Apesar desta autora tratar especificamente do *ethos* de intérpretes de línguas de orais, ela nos induz a arrazoar que os seus argumentos também podem ser aplicados aos intérpretes de línguas de sinais. Ou seja, independentemente das línguas e modalidades linguísticas envolvidas nos atos, encontramos pontos de intersecção, pois o que está em jogo é o fenótipo dos corpos. É bem provável que existam pessoas não-negras que nem se atentem a esta questão, pois, conforme assinala Carvalho (2017):

Nesse sentido, o relato de Amaury nos conduz a diversas reflexões sobre a profissão que intérpretes não-negros não alcançam, seja por nunca terem vivido situações semelhantes, seja por não terem consciência da complexidade envolvida em ser um profissional negro em ambientes quase que exclusivos para brancos, como são os hotéis de luxo, nos quais a maioria dos eventos e conferências é realizada. O relato de Amaury nos informa, nos inquieta e nos transforma. (CARVALHO, 2017, p. 439-440).

Com o exposto acima, questionamos: Em quais situações, nós, Intérpretes Negros e Negras, temos nos damos conta de que somos impedidos de ocupar certos espaços de prestígio social? Em outras palavras, será que, em determinadas oportunidades temos sido usados para apresentar um pano de fundo com imagens que apelam para a afirmação de uma “democracia racial”? Em quais situações, ora uma *selfie* ora uma imagem “colorida” emoldurada, nós temos sido expostos como bibelôs?

Temos de levar em conta que ainda vivemos, infelizmente, num país excludente, em que, corriqueiramente, ficamos pasmados com notícias de vítimas do racismo. Por exemplo, a presença de Pessoas Negras em espaços sociais notadamente “de prestígio” faz com que aqueles que dizem “eu não sou racista, mas...” se sintam incomodados.

Em relação ao artigo 5º. do Código de Ética<sup>10</sup> para Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira, que ainda é utilizado por muitos intérpretes brasileiros, está estabelecido que: “O intérprete deve adotar **uma conduta adequada de se vestir, sem adereços**, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.” (QUADROS, 2004, p. 32, grifos nossos). Será que a expressão acima destacada embute a ideia do apagamento dos artefatos culturais dos povos negros? Uma conduta adequada de se vestir impinge aos tradutores e intérpretes negros/negras a eliminação do uso de turbantes, cabelos “*Black Power*” e outras vestimentas das culturas negras?

Para nós, homens negros e mulheres negras, é lugar-comum dizer que os nossos cabelos são os nossos ‘cartões de visitas’, já que eles fazem parte da nossa identidade cultural. Eles demonstram a nossa autoestima, personalidade, humor e autoconfiança. Em “Hibisco Roxo”, Chimamanda, em vários momentos, nos apresenta o cuidado com seus cabelos como um momento de afeto entre ela e sua mãe. Para além da estética, os cabelos externam nossos pertencimentos, posicionamentos, afetividade e traços identitários, como podemos verificar no excerto a seguir:

Eu ainda estava olhando pela janela quando Mama entrou no meu quarto. Todo domingo antes do almoço, enquanto dizia a Sisi para colocar um pouco mais de azeite de dendê na sopa ou um pouco menos de curry no arroz de coco, e enquanto Papa tirava sua sesta, Mama trançava meu cabelo. Ela se sentava numa poltrona perto da porta da cozinha e eu me sentava no chão com a cabeça entre suas coxas”. (ADICHIE, 2011, p. 16)

Desta forma, muitos – homens e mulheres – se autorrealizam com o aplique de tranças, a adesão ao *Black Power* e/ou o uso de turbantes. Ponderamos que a tentativa de eliminação ou apagamento desse traço cultural devido a uma “política” de “atrapalha na sinalização” constitui um abuso ou assédio, ou quiçá uma violência, às marcas

---

<sup>10</sup> “D - Registro dos Intérpretes para Surdos - em 28-29 de janeiro de 1965, Washington, EUA) Tradução do original *Interpreting for Deaf People*, Stephen (ed.) USA por Ricardo Sander. Adaptação dos Representantes dos Estados Brasileiros - Aprovado por ocasião do II Encontro Nacional de Intérpretes - Rio de Janeiro/RJ/Brasil - 1992”. (QUADROS, 2004, p. 31).





identitárias de todo um povo. Podemos fazer diversas analogias com questões que envolvem Surdos, Ouvintes e os espaço de sinalização, tanto em sala de aula como auditórios de Igrejas e Teatros. Quantos Surdos e Intérpretes tiveram de resistir contra às ordens de que o Intérprete ali na frente iria tirar a atenção dos Ouvintes?! Quantos Ouvintes protestaram, afirmando que estavam sendo prejudicados, por causa de uma “distração” ali na frente?!

Considerando que os nossos cabelos são extensões de nossas almas, não devemos deflorar os nossos fios com alisamentos químicos ou optarmos por viver com cabelos curtos diante do discurso que afirma: “Ah, não pode chamar a atenção para si.” Nossos cabelos - trançados, *Black Power* e turbantes -, além de fazerem parte das nossas marcas identitárias, demonstram, por conseguinte, as nossas resistências contra ideais eugenistas.

Para trazer exemplos práticos de mudança diacrônica, nos reportamos a poetas e cantores baianos. Sentimo-nos confortáveis de abordar esse assunto com essa ilustração, pois, em primeiro lugar, somos baianos, e, em segundo lugar, como diz Saulo Fernandes: “Salvador, Bahia, território africano”. Ao trazermos os enunciados que serão dispostos a seguir, evidenciamos que “nem tudo está perdido” e que podemos avançar ao adotar posturas não preconceituosas e nem discriminatórias.

No século passado, em 1985, Caldas e Camafeu cantavam: “Olha, nega do cabelo duro / Que não gosta de pentear / Quando passa na baixa do tubo / O negão começa a gritar”. Já em 1997, a banda Chiclete com Banana diz: “Meu cabelo duro é assim, cabelo duro, de pixaim (bis), nega não precisa nem falar, nega não precisa nem dizer, que meu cabelo duro se parece é com você”. Em 2015, Bell Marques, acusado de racismo com a letra de um dos seus “hits” de carnaval precisou assinar um Termo de Ajustamento de Conduta, e modificar a letra da música conforme veremos a seguir:

Antes do Termo	Depois do Termo
<i>Minha nega, vai lá no salão faz aquele corte que seu nego gosta de te ver [...]</i>	<i>Cabelo crespo, cabelo liso, cabelo black, cabelo loiro</i>
<i>Ô mainha, mas eu só gosto do cabelo de</i>	<i>Minha Deusa, dia de salão</i>



*chapinha, mainha  
Ô tá liso, tá lisinho. Tá liso, tá lisinho*

*Lindo é seu jeito, todo mundo gosta de te ver  
Me traz seu coração  
Que esta noite só vai dar eu e você [...]*

As mudanças de posturas e de conceitos são as respostas que esperamos de pessoas civilizadas, humanas e que respeitam as diferenças pessoais e a diversidade cultural. Desta forma, consideramos que houve um avanço significativo nas músicas e composições de determinados cantores e poetas baianos ao longo dos anos. Compreendemos que estas posturas estão atreladas ao processo histórico de constituição da sociedade baiana. Nisto, podemos perceber que transições paradigmáticas e de visão são possíveis desde que haja uma sensibilidade e uma disposição para a mudança.

A segunda reflexão diz respeito ao pano de fundo para as mãos no ato de sinalização. Parece-nos que, no ato de interpretação, uma camisa de estampa(s) não é favorável à visualização das mãos; pois, a camisa não é apenas uma vestimenta para cobrir a nudez dos corpos. Não obstante, ela é um pano de fundo para “exponenciar” a visualização das mãos. Diante disso, sobre os Intérpretes de Libras, problematizamos a “normativa” referente à cor da camisa – utilizada como pano de fundo para a sinalização.

Consoante a ABNT NBR 15290 (2005), em sua seção 7.1.4, são apresentados os “Requisitos para a interpretação e visualização da LIBRAS”:

Para a boa visualização da interpretação, devem ser atendidas as seguintes condições: a) a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete; (ABNT/NBR, 2005, p. 9)

A partir da leitura desta norma, entendemos que há um critério pétreo para a seleção da cor da vestimenta, ou seja, deve haver o contraste entre a vestimenta (a cor da roupa), a pele (a tonalidade da pele) e o cabelo (a cor do cabelo) do intérprete e, além disso, estes contrastes deverão estar em contraste com a cor utilizada no plano de fundo.



Portanto, contrastar a cor da camisa com a tonalidade do indivíduo é algo que deve ser levado em conta, pois a vestimenta superior é compreendida com o pano de fundo para as mãos. E, ademais, o contraste desta camisa com a cor do plano de fundo. Dito isto, resta-nos questionar: O que devemos fazer então com os/as Intérpretes Negros e Negras que tem pele Preta? Outrossim, o que iremos fazer com os/as intérpretes que possuem a cor de pele e de cabelo da mesma tonalidade?

Do ponto de vista técnico, considerando-se a norma necessária em design editorial para sinalização e gravações, deve-se evitar “fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete”. Fazer alusão à cor de cabelo do Intérprete e a imposição de contrastar pele e cabelo, pode embutir um racismo velado (as cores da pele e do cabelo dos sujeitos negros possuem tonalidades próximas). Será que a ausência de negros e negras nos espaços de gravação fazem com que estas particularidades não sejam tecnicamente apreciadas?

As normas técnicas devem propiciar “a boa visualização da interpretação” contemplando os contrastes entre a camisa, o tom da pele e o pano de fundo do cenário. Na intersecção destes três fatores, camisa e cenário não devem ter o mesmo tom a depender da cor da pele. Porém, isto não deve ser interpretado de maneira equívoca e gerar exclusão de profissionais com determinados tons de pele. Pelo contrário, é necessário que a equipe de design realize os ajustes necessários dependendo da cor da epiderme do sujeito que esteja sinalizando.

Esse tema, cor de vestimenta, já tem sido tratado por alguns intérpretes de Libras, visto que é necessário discuti-lo e aprofundá-lo. Sobre este tema, Rigo (2018) expõe que:

Seguindo, em parte, as normas da Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras, a autora/tradutora usou camisa de cor branca para títulos e subtítulos, camisa de cor preta para parágrafos e camisa de cor vermelha para citações diretas. As cores da vestimenta foram pensadas buscando uma harmonização entre elas e também entre a cor do fundo e da pele da autora/tradutora (RIGO, 2018, p. 183)



Para a autora supracitada, as cores acima descritas funcionaram bem para contrastar com seu tom de pele. No entanto, é relevante entender que as cores devem ser testadas nos sujeitos, considerando as suas particularidades, bem como o ambiente em que será executado o trabalho de tradução/interpretação.

Ao levarmos em consideração o princípio da Teoria das Cores, compreendemos que o método fenomenológico pode ser adotado, levando-nos a experimentar as diferentes tonalidades. Deste modo, as cores serão experimentadas sem desconsiderar o tom de pele de cada Intérprete, a fim de que possa ser identificada a “vestimenta com contraste visual equilibrado” de acordo com indivíduo que executará a sinalização. Quanto aos experimentos, é imprescindível levar em conta que:

Experimentos devem se tornar concentrados, contínuas experiências através das quais se pode aprender novos modos de ver. Dado este deslocamento do produto pelo processo, pode-se entender a repetida insistência de Goethe que seu trabalho científico precisava ser feito para ser compreendido (AMRINE, 2013, p. 42 apud BACH JUNIOR 2016, p, 119).

Rigo (2018, p. 183) assevera ainda que para “destaque e diferenciação das informações textuais” em Língua de Sinais “no que tange: títulos, subtítulos, parágrafos e citação direta, a autora/tradutora optou pelo uso de vestimenta com contraste visual equilibrado”. Nisto, questionamos: qual a “vestimenta com contraste visual equilibrado” para profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais Negros e Negras?

Doravante, abordaremos a incidência da luz sobre a tonalidade da pele no instante *on the fly* ou *on the scene* das trocas (revezamento) de intérpretes nos palcos, auditórios e gravações. A ABTN NBR 15290 (2005), na seção das Diretrizes para a janela de LIBRAS, estabelece o seguinte:

b) iluminação suficiente e adequada para que a câmera de vídeo possa captar, com qualidade, o intérprete e o fundo; [...] a) os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco; b) deve haver contraste entre o pano de fundo e os elementos do intérprete; c) o foco deve abranger toda a movimentação e gesticulação do



intérprete; d) a iluminação adequada deve evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento. (ABNT/NBR, 2005, p. 8)

Ainda acrescenta que “na transmissão de telejornais e outros programas, com o intérprete da LIBRAS em cena, devem ser tomadas medidas para a boa visualização da LIBRAS” ABNT NBR 15290 (2005, p. 9). Partimos do pressuposto de que “medidas para a boa visualização” não significa “a pele e o cabelo do intérprete”, mas as condições de polaridade entre luz e escuridão.

O fenômeno em si de percepção das cores exige a concomitância dos pares opostos e complementares de luz e escuridão. “Escuridão não é uma total ausência passiva de luz como Newton tinha sugerido, mas, na verdade, uma presença ativa opondo-se à luz e interagindo com ela” (SEAMON, 2013, p. 6, tradução nossa). Se a escuridão plena é a negação da percepção ocular, a iluminação plena ofusca, e, na sua atuação oposta, produz o mesmo efeito, ou seja, a anulação da percepção. Como condição, então, à percepção, ambos devem estar presentes no ambiente. Percepção de cores exige, como condição, a simultaneidade de luz e escuridão. Nesta relação, o olho é um contínuo criador de complementaridade para, na sua interação com o ambiente, formar uma totalidade (BACH JUNIOR, 2016, p. 121-122).

Diante do exposto, vemos as contribuições de um trabalho de design editorial, fundamentado em Goethe (1993), quando trata sobre a fenomenologia das cores. O balanceamento e cuidado com a seleção das cores são aspectos importantíssimos a serem considerados no trabalho de editoração. Podemos ver que essas questões foram observadas no projeto “*Signing Books for the Deaf*”, conforme descrevemos abaixo:

O projeto *Signing Books for the Deaf* mostrou que se for usado um fundo neutro, as cores claras se mostraram preferidas pelos surdos, principalmente azuis claros e cinzas; cores mais escuras foram bem aceitas para a roupa do intérprete. Além de cuidados para que os vídeos tenham contraste adequado entre as mãos e face do intérprete com a roupa e com o fundo, foram feitas recomendações para que a iluminação seja cuidadosa e as sombras não interfiram na legibilidade da sinalização e das expressões faciais (PYFER, 1999 apud KRUSSER, 2017, p. 69).

Pelo exposto, compreendemos que as percepções dos leitores/teventes (neste caso, os sujeitos surdos) não podem ser desconsideradas no processo de avaliação dos intérpretes quanto às cores mais adequadas para serem utilizadas durante o processo de tradução/interpretação.

Os princípios físicos não devem ser descartados na nossa reflexão. Nesta perspectiva, deve-se entender que luz e escuridão, apesar de serem antagônicas, são complementares, pois, do ponto de vista metafísico, uma só existe por causa da existência da outra. Logo, cabe a nós – intérpretes – depreender que:

Luz e escuridão, cada uma em si mesma, são situações extremas. O cinza é a moderação entre o claro e o escuro. A percepção do cinza, ou melhor, do grau de escuridão ou claridade do cinza, pode variar de acordo com o fundo onde a imagem se encontra. “A mesma imagem cinza sobre um fundo preto parece muito mais clara do que a mesma imagem sobre um fundo branco” (GOETHE, 1993, p. 61 apud BACH JUNIOR, 2016, p. 122)



**Fonte da Imagem:** Bach Jr. (2016, p. 123)

Por fim, chegamos à conclusão que as sentenças que visam mutilar os corpos negros, modificar as suas características físicas, e, conseqüentemente, apagar as suas realidades identitárias e culturais, para enquadrá-los num padrão de “normalidade”, são formas de racismo (ainda que velado), o que nos mostra que a democracia racial ainda permanece como um mito no Brasil.



### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das nossas pesquisas, consideramos que ser Intérprete de Libras Negro ou Negra se constitui um desafio para além das questões técnicas e linguísticas. Envolve também as marcas identitárias e culturais pertencentes aos nossos corpos e estilos pessoais. Neste capítulo – “Sou Intérprete de Libras e não abro mão do meu *black power*: e aí... Vão continuar dizendo que meu *afrohair* atrapalha na sinalização?” – nos ousamos em entremeter-se em questões escorregadias como o artigo 5º do código de ética, reinterpretando-o à luz da dialética do não-apagamento dos artefatos culturais dos povos negros.

A partir do jargão “não há racismo no brasil, é tudo mimimi...”, temos observado, ainda que de forma empírica, que os nossos corpos e vozes não têm estado presentes em muitos espaços de interpretação, sobretudo nos espaços televisivos e acadêmicos.

As análises e reinterpretações do artigo 5º do Código de Ética, à luz dos estudos da Cultura Negra, nos fizeram entender que os artefatos da nossa cultura (os nossos cabelos trançados, *Black Power* e turbantes), a “normativa” referente à cor da camisa, bem como a intensidade da luz e o design editorial, tem sido mal interpretados e, por conseguinte, nos afastado de determinados espaços de atuação. Contudo, temos evidenciado que a expressão “**uma conduta adequada de se vestir, sem adereços**” não embute a ideia do apagamento dos artefatos culturais e identitários dos povos negros.

Por certo, ainda temos um longo caminho a ser desbravado por nós, Tradutores e Intérpretes de Libras Negros e Negras. Nesta jornada, precisaremos conhecer e enxergar melhor a nossa historicidade e, a partir daí, tomar decisões de como iremos nos posicionar diante das demandas individuais e coletivas, sociais e políticas, econômicas e empregatícias que nos afetam ou nos afligem. Após 131 de extinta a escravidão no Brasil, ainda há grilhões que necessitarão ser quebrados.



## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco roxo**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- ALMEIDA, Silvio L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15290: Acessibilidade em comunicação na televisão**. Rio de Janeiro, p. 10. 2005.
- BACH JUNIOR, Jonas. *As cores fisiológicas na ciência de Goethe: educação e fenomenologia*. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 22, n. 1, p. 117-128, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v22n1/1516-7313-ciedu-22-01-0117.pdf>.
- BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Palácio do Rio de Janeiro, [1888]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm).
- BRASIL. **Para uma História do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf).
- CARVALHO, Luciana. *Ser intérprete e negro no Brasil e na Venezuela: entrevista com Amaury Williams de Castro*. **Translatio** [Tradução e Diásporas Negras], Porto Alegre, n. 13, p. 348-369, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/73309/42053>.
- CUTI. *Quem tem medo da palavra negro*. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. (org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 197-212.
- DU BOIS, Williams E. B. **The Souls of Black Folk: Authoritative Text, Contexts, Criticism**. New York: W. W. Norton, 1999.
- FERREIRA, Priscilla Leonnor Alencar. **O ensino de relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica**. 2018. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista (BA), 2018. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgen/wp-content/uploads/2019/02/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FINAL-PRISCILLA-LEONNOR.pdf>.
- FORIN, Jose Luiz. *Identidade nacional e exclusão*. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; LIMBERTI, Rita Cássia Pacheco. (org.). **Representação do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014[a].





- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 14. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014[b].
- GOETHE, J. W. **Doutrina das cores**. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- KRUSSER, Renata da Silva. **Design Editorial na Tradução de Português para Libras**. 2017. Tese (Doutorado Acadêmico em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 26. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, [1986]2014.
- MARQUES, Caroline Salgueiro Purificação et al. *Quadro Referencial do Ambiente Urbano de Salvador e Barreiras*. **Revista de Ciências Exatas e Tecnologia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 13-18, 2010. Disponível em: <http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/exatas/article/viewFile/554/523>.
- MUNANGA, Kabengele. *As ambiguidades do racismo à brasileira*. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. (org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 33-44.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.
- NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve**. 2012. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/12428313.pdf>.
- NUNES, Cicera; OLIVEIRA, Karla Roberta Brandão de; SANTOS, Ana Paula. **Anais do Artefatos da cultura negra, educação afropensada: repensar o currículo e construir alternativas de combate ao racismo**, de 31 de agosto a 04 de setembro de 2015. Crato, CE: Universidade Regional do Cariri, 2015. Disponível em: [http://www.urca.br/novo/portal/docs/pdf/anais\\_eventos/VI-Artefatos-Cultura-Negra-2015.pdf](http://www.urca.br/novo/portal/docs/pdf/anais_eventos/VI-Artefatos-Cultura-Negra-2015.pdf).
- OYEDELE, Erica West. **Persistence of African-American/black signed language interpreters in the United States: the importance of culture and capital**. 2015. Thesis (Master's of Arts in Interpreting Studies) – Western Oregon University, Monmouth, Oregon, 2015. Retrieved from <https://digitalcommons.wou.edu/theses/19>
- QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2004.
- RIGO, Natália Schleder. Tradução de Textos Acadêmicos de Português para Língua Brasileira de Sinais: O Emprego de Elementos do Design Editorial como Soluções Tradutórias. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, p. 173-196, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/81442/48550>.
- SILVA-REIS, Dennys. O intérprete negro na história da tradução oral: da tradição africana ao colonialismo português no Brasil. **Tradução em Revista** (online), v. 24, p.



1-42, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34521/34521.PDFXXvmi=>.

SOUZA, Marcos Aurélio dos Santos. **Narrativas da Mestiçagem**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

SPILLERS, Hortense J. *A Ideia de Cultura Negra*. **Translatio** [Tradução e Diásporas Negras], Porto Alegre, n. 13, p. 72-94, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/74345/42058>.

TROVO, Marlene; SALINAS, Walmir Ruis. *O Movimento Negro no Brasil (1970 – 2010): Resistência e Conquistas*. **Cadernos PDE: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, v. 1, Curitiba, 2014. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unespar-campomourao\\_hist\\_artigo\\_marlene\\_trovo.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-campomourao_hist_artigo_marlene_trovo.pdf).

VAN DIJK, Teun A. *Discurso das elites e racismo institucional*. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; LIMBERTI, Rita Cássia Pacheco. (org.). **Discurso e (des)igualdades sociais**. São Paulo: Contexto, 2015.

VANNUCHI, Maria Beatriz Costa Carvalho. *A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira*. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. (org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 59-70.

WILLIAMS, R. **Keywords a Vocabulary of Culture and Society**. New York: Oxford Press, 1976.

Recebido Para Publicação em 20 de outubro de 2019.

Aprovado Para Publicação em 30 de novembro de 2019.